Governo Sarney se satisfaz com bloco

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não há hipótese de o governo tentar, este ano, a formação de um novo partido. Mesmo se quisesse, ainda que não queira, como diz o assessor especial da Presidência da República, Thales Ramalho. Para ele, a idéia é mais modesta, permanecendo na montagem de um grupo de sustentação parlamentar do governo. Trata-se de uma atitude de autodefesa, em suas palavras, com vistas à realização de planos e metas que marcarão a fase final do período Sarney. Não envolve iniciativas agressivas ou destinadas a rachar partidos e conturbar o quadro.

O grupo, cujas bases estão nos 304 deputados e senadores que votaram pelos cinco anos de mandato, objetivará mais os trabalhos do Congresso do que os da Assembléia Nacional Constituinte. Eventualmente poderá atuar em questões constituintes, dependendo da evolução dos debates e votações e da necessidade de definir rumos específicos. A partir da promulgação da nova Carta, porém, estará aberta uma temporada política tão ou mais difícil para o País do que a Constituinte. Para ela é que o Palácio do Planalto se prepara. Será apreciado um sem-número de leis complementares e ordinárias, a exigir, a um só tempo, cautela e determinação. Dispondo de um bloco capaz de respaldá-lo, o governo consolidará o regime e verá a transição encerrada.

Um novo partido exigiria a existência de projetos de longo prazo, fora de pauta. O presidente da República, para Thales Ramalho, não sairá da política após o término de seu mandato, pois essa atividade, sabem todos, só possui porta de entrada. Mas não se candidatará a novos cargos eletivos. Assim, não será dele a iniciativa de formação de um novo partido, ainda que grupos e blocos, se homogêneos, possam seguir tal rumo. Mas por conta própria.

Há, para o ex-deputado federal, outra motivação capaz de anular os sonhos de formação, agora, de novos partidos: os prazos que breve começarão a correr para a realização das eleições municipais, em novembro. O governo não aceita nem admite teses como a do adiamento dessas eleições. Elas estão constitucionalmente marcadas e serão realizadas, no que depender do Palácio do Planalto. É claro que a Assembléia Nacional Constituinte é soberana para agir como bem entender, mas ele não acredita que a maioria de seus integrantes enverede pela via perigosa da prorrogação de mandatos, mesmo de prefeitos e vereadores. Os prazos logo começarão a correr, primeiro para as desincompatibilizações, depois pa-

publica, com aprovação do presidente Sarney, "representa um conflito direto entre o Executivo e o Legislativo, que poderá levar a sitruações imprevisíveis, porém

reconstituí-la, por motivos políticos, ainda que razões de ordem legal também existam. Os partidos são os que aí estão, e, através deles, serão disputadas as eleições municipais. O resto depende da conjuntura e do desenrolar dos acontecimentos.

Se essa é a visão do Palácio do Planalto hoje, isso não quer dizer que, à sua margem, não venham sendo imaginadas novas soluções partidárias. Tem havido conversas freqüentes entre parlamentares que já deixaram e parlamentares que podem deixar o PMDB. Fala-se na hipótese de rápida gestação de uma legenda em condições de abrigar Fernando Lyra, Cristina Tavares, Pimenta da Veiga e outros, já saídos, ao lado de Mário Covas, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, José Serra, Arthur da Távola, Severo Gomes e muitos mais, capazes de estar saindo. O grupo peemedebista empenhado na assinatura de um manifesto de rompimento com o governo poderá evoluir para o rompimento com o PMDB, de maneira a formar de imediato um partido e, nele, disputar as prefeituras das capitais, em novembro. Tempo dá, matematicamente, na teoria, apesar das previsões políticas de Thales Ramalho, feitas em sentido contrário.

Esse novo partido teria uma conotação de centro-esquerda. Segundo seus articuladores, despojado do caráter cartorial ou caudilhesco dos atuais. Disporia de definições básicas e fundamentais, às quais seus integrantes teriam de aderir previamente, sem conflitos ou confrontos. Não estaria, como o PMDB, com um pé no governo e outro na oposição ou, pior ainda, não abrigaria estatizantes e internacionalistas, ou partidários de uma reforma agrária radical e adversários de qualquer tipo de reforma. A idéia é cooptar a classe média urbana progressista, sem exageros nem radicalismos, e adotando, para valer, uma preocupação específica pelo social. Sem quantidade, com afinidades.

Pode ser que esse novo partido surja, pode ser que não. Seus próprios artífices têm dúvidas, apesar de se mostrarem animados. Vêem boas perspectivas, seja pelo sentimento oposicionista predominante no PMDB, seja pelos anseios nacionais de mudanças e pelas contradições verificadas em quase todos os demais partidos. Imaginam romper a casca do ovo o mais depressa possível, com vistas não só às eleições municipais deste ano mas à sucessão presidencial, prevista para o ano que vem. Ela se realizará em dois turnos, abrindo-se às diversas forças em luta a perspectiva de alianças e entendimentos.

Vale repetir, é cedo para prognósticos. Muita gente garante que boa parte dos líderes do PMDB acima citados hesitará na hora final e terminará permanecendo na legen-

to, apostam, tor se tornou, final, os pri- não têm inte- partidos exis- ipados. Sequer icão de feira ro de mercado

em 20 pessoas e mentos jurídicos ten- tar a "inconstitucio- legalidade" da insta-